

Lutar contra o problema orçamental

O principal problema de Portugal reside na sua vantagem comparativa.

Martin Wolf

Nem sempre foi assim. No final dos anos 80, e novamente no término da década de noventa, Portugal possuía uma economia dinâmica. Depois, optou pela adesão à moeda única e, em parte devido a este facto, registou um 'boom' temporário. No entanto, a situação acabou por sofrer um revés.

Contrariamente ao que sucedeu com outros países europeus, o nível de vida dos portugueses acabou por ficar bem aquém dos seus congéneres.

Esta é uma narrativa algo perturbante. Contudo, será que as reformas propostas pelo actual Governo de José Sócrates conseguirão alterar este cenário? Os primeiros passos já foram dados, com algumas das reformas mais necessárias a verem a luz do dia. Todavia, o país ainda tem um longo caminho pela frente.

O desempenho a longo prazo também tem sido negativo. O Produto Interno Bruto (PIB) 'per capita' caiu dos cerca de 80% em 1999 – comparando com valores médios da União Europeia a 25 - para 70% em 2006.

E esta foi uma queda que ultrapassou largamente os valores da vizinha Espanha. Mais, depois de 2000 foram vários os países que ultrapassaram Portugal no que aos valores do rendimento por habitante se refere – a saber, República Checa, Grécia, Malta e Eslovénia.

A política orçamental tem sido uma das principais batalhas travadas pelos vários Executivos, com o défice orçamental a atingir o valor máximo de 6,1% do PIB em 2005.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), e tendo em conta bases ajustadas ciclicamente, o défice registado no referido ano atingiu os 4,4% do PIB.

Com efeito, Portugal foi o primeiro país da zona euro a ser ameaçado com sanções por parte da Comissão Europeia ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

No entanto, os valores do défice acabaram por ser ainda maiores nos dois primeiros anos do novo século, isto é, 4,6% em 2000 e 5,4% em 2001 – números algo assustadores quando comparados com os actuais.

Ora, tal poderá ser sinónimo de uma política orçamental ineficaz crónica.

Presentemente, o actual Governo socialista conseguiu, de algum modo, pôr fim à irresponsabilidade nas políticas orçamentais, colocando os valores do défice em 2,6% em 2007 e apostando para 2,2% para o ano em curso.

Para tal, o Governo reduziu os salários na função pública e o número de funcionários, tendo também posto em prática reformas substanciais de uma Administração Pública formada em grande parte pela ditadura de Salazar.

O rácio da despesa pública face ao PIB caiu dos excessivos 47,7% do PIB em 2005 para os 45% previstos para 2008.

Apesar da importância destas reformas, assim como do controlo inquestionável do défice e da despesa pública, o problema de Portugal é mais grave – um fraco crescimento aliado ao défice da conta corrente (que, de 2001 a 2007, representou 8,6% do PIB) e uma taxa de crescimento situada em 1%.

Além do mais, este défice da conta corrente não coincide com uma taxa de investimento elevada, mas sim com baixos níveis de poupança.

Como se sabe, a taxa de investimento de Portugal caiu de um pico de 28,1% do PIB registado no primeiro trimestre de 2000 para os 20,9% contabilizados no quarto trimestre de 2006 – isto antes de se ter registado uma ligeira recuperação. Entretanto, a taxa de poupança caiu dos 17% verificados em 2000 para uns escassos 12,3% em 2006, antes dos 15,1% alcançados no ano passado, em parte devido ao aperfeiçoamento da política orçamental.

O fraco crescimento económico aliado ao forte défice na conta corrente e à descida das taxas de investimento sugere uma ausência crónica de competitividade externa, isto é, uma taxa de câmbio real sobrevalorizada.

O verdadeiro problema de Portugal, na sua qualidade de pequena economia aberta, é que tem sido incapaz de gerar uma procura externa mais forte, compensando deste modo os baixos níveis da procura interna. Ora, tal teria simultaneamente reduzido o défice da conta corrente e aumentado o crescimento económico.

Por seu lado, o comportamento das exportações não foi negativo de todo, com o volume de exportação de bens e serviços a crescer 31% entre 2000 e 2007. Além do mais, os sinais de uma perda substancial de competitividade são praticamente inexistentes.

De acordo com a OCDE, os custos de mão-de-obra em Portugal, em dólares, foram idênticos em 2007 e 1998, antes do lançamento do euro. Apesar de tudo, este desempenho superou o da Espanha e Itália, mas não o da Alemanha.

E a explicação reside na vantagem comparativa de Portugal.

Na sua qualidade de exportador de produtos industriais pouco sofisticados, Portugal acabou por ficar vulnerável às duas grandes mudanças registadas na década de 90 e no começo de 2000, isto é, o alargamento a leste da União Europeia e a entrada da China nos mercados mundiais.

Assim, os números favoráveis registados nos custos de mão-de-obra não foram suficientes para provocar o crescimento das exportações que o país necessitava para contrabalançar a fragilidade da procura interna.

Portugal não tem controlo sobre a sua política monetária e terá de levar a cabo uma política orçamental bastante rígida nos anos que se seguem. Se o país quer colocar de lado o título de 'new sick man of Europe' atribuído pela prestigiada revista The Economist, **terá de levar a cabo uma enorme mudança na sua base produtiva, deverá conseguir uma economia mais flexível, possuir uma mão-de-obra mais qualificada, aumentar os níveis de poupança, fazer crescer a sua produtividade e contar com um sector público mais eficaz.**

O aumento do desempenho também verificou algumas melhorias, todavia, os números ainda não são suficientes para que Portugal possa equiparar o seu nível de vida aos países vizinhos.

Além disso, a "arena" económica é um terreno cada vez mais complicado: o rápido aumento do valor externo do euro, os problemas verificados no mercado de crédito, assim como a deterioração no desempenho económico da vizinha Espanha devido à situação negativa vivida no sector da construção.

Assim sendo, Portugal terá de se esforçar para conseguir o tão necessário desenvolvimento sustentado no seu desempenho económico.